

Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos dos presos políticos no Brasil

Janaina de Almeida Teles

Pretendemos nesta comunicação apresentar uma síntese de como foi elaborado e realizado o projeto de história oral dos presos políticos, uma das facetas do projeto *Intolerância e Resistência: Memória da Repressão política no Brasil (1964-1985)* do LEI-FFLCH (USP) em conjunto com o AEL (Unicamp). O projeto foi elaborado em 2001 com o objetivo de constituir um acervo audiovisual de testemunhos sobre a repressão estatal e a ditadura no Brasil. Pensado como um instrumento de preservação e transmissão da memória, seu enfoque dirigiu-se aos ex-presos políticos. O projeto tomou forma em um momento de inflexão da presença da memória sobre o passado ditatorial no espaço público, colocando os sobreviventes da violência estatal no centro das medidas de reparação. Durante os anos 1990, os familiares de mortos e desaparecidos políticos foram o foco do pagamento de indenizações simbólicas e os sujeitos das ações e demandas de busca de informações e da recuperação de restos mortais desses militantes. No início dos anos 2000, com a ampliação da Lei de Anistia, os sobreviventes dos cárceres políticos tornaram-se o ponto de convergência da adoção de políticas de reparação.

As comemorações dos 20 anos da Anistia, em 1999, levaram o governo de São Paulo a propor um projeto de lei que previa indenização aos torturados em dependências do Estado e também convênios para a proteção de testemunhas. Além disso, o governo paulista anunciou que planejava a transformação do antigo prédio da polícia política do estado, o DEOPS, em um espaço destinado à arte¹. Em setembro daquele ano, no prédio do DEOPS foi montada a peça *Lembrar é Resistir*, de Izaías Almada e Anely Alvarez, tendo como cenário as antigas celas, gerando comoção nos espectadores pelo realismo das cenas e a proximidade com os atores. A peça ficou em cartaz por quase um ano, sob a direção de Silnei Siqueira, e depois foi apresentada durante algumas semanas no

¹ “Comemoração dos 20 anos da lei começa hoje com ato em SP”. *Folha de S. Paulo*, 23/08/99.

prédio do DEOPS/RJ, dirigida por Nelson Xavier. Em julho de 2002, o prédio do DEOPS foi reaberto passando a sediar o *Memorial da Liberdade*².

A criação de um “lugar de memória”, naquele formato e local, gerou debates e polêmicas sobre como deveria ser preservado e como reconstruir as memórias e histórias desse passado. Desde então, o memorial passou por inúmeros processos de transformação e descaracterização do prédio. Foram destruídas duas celas, localizadas no térreo, o chamado “Fundão”, formado por celas que funcionavam como solitárias. O espaço recebeu novas pinturas, quando foram raspadas as inscrições deixadas nas paredes das celas por presos políticos de diversas gerações. Essa postura institucional gerou críticas. Em 2008, foi renomeado como *Memorial da Resistência*, num projeto coordenado pela Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo e pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH). A mudança de designação “era reivindicada por ex-presos e perseguidos políticos”. De acordo com o então secretário de Estado da Cultura, João Sayad, “chegava a ser uma ironia ser chamado de Memorial da Liberdade. O novo nome é mais adequado e presta homenagem aos que lutaram aqui”.³

Nesse período organizaram-se grupos e entidades de ex-presos políticos. Mobilizados para debater as propostas de leis estaduais de reparação econômica para os perseguidos políticos e as demandas de ampliação da lei de anistia. Assim, em 2000, foi criado em São Paulo o *Fórum Permanente dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos*, que organizou encontros e debates sobre essas questões.⁴ Em janeiro de 2001, foi editada a lei de reparação do Estado de São Paulo (lei 10.726/01) que instaurou uma Comissão de Reparação para avaliar pedidos de indenização aos que foram presos e torturados por motivos políticos durante a ditadura⁵. Nesse mesmo ano, por meio da Medida Provisória 2.151, transformada na Lei 10.559 em 2002, ampliaram-se os parâmetros e critérios para estabelecer a reparação aos perseguidos políticos, e foi criada a *Comissão de*

² A reforma custou R\$ 12,5 milhões. “Museu do Imaginário só fica pronto no fim do ano”. *O Estado de S. Paulo*, 03/07/2002.

³ “Memorial da Resistência rebatiza celas do antigo Dops”. Agência Estado, 02/05/2008.

⁴ V. http://www.oamigoescolar.com.br/site/jornais/edi100_not_1.htm.

⁵ Nesse período, diversos estados promulgaram leis de reparação econômica: no Rio Grande do Sul e Paraná, em 1997; Santa Catarina, em 1998; Minas Gerais, em 1999; Pernambuco, em 2000; São Paulo e Ceará, em 2001; Rio Grande do Norte, em 2003, Rio de Janeiro e Bahia, em 2004.

Anistia, no âmbito do Ministério da Justiça, destinada principalmente a examinar os pedidos de indenização daqueles que tiveram danos trabalhistas⁶.

Nesse cenário de mobilizações em torno da memória da ditadura e das medidas de reparação econômica, foi elaborado o projeto de história oral dos presos políticos. O projeto piloto foi desenvolvido em 2002⁷, mas somente em 2008 tornou-se possível o início da sua realização⁸. Das 80 entrevistas do projeto, 17 delas foram realizadas com mulheres. Do total, 11 entrevistas ocorreram no Rio de Janeiro e duas foram gravadas em Recife (PE), com o apoio da Fundação Joaquim Nabuco. As demais foram realizadas em São Paulo, sendo que dois entrevistados atuaram no Nordeste (no Ceará e na Bahia). Essas entrevistas somam 298 horas gravadas⁹.

Inspirado na experiência da ONG argentina *Memoria Abierta*, que organizou seu *Arquivo de História Oral* com mais de 640 entrevistas de sobreviventes, militantes e familiares de desaparecidos políticos registradas em vídeo¹⁰, o objetivo do projeto é trabalhar o depoimento enquanto processo de documentação, garantindo a transparência

⁶ V. Lei 10.559/02. Sobre a Comissão de Anistia, ver MEZAROBBA, Glenda. *O preço do esquecimento: as reparações pagas às vítimas do regime militar (uma comparação entre Brasil, Argentina e Chile)*. Doutorado/Ciências Políticas, USP, 2007, p.135-53.

⁷ Em 2002, com financiamento da USP, foram realizadas cinco entrevistas, em colaboração com o cineasta Claudio Kahns. V. as entrevistas de Alberto Becker, César Augusto Teles, Raphael Martinelli, Murilo Melo e Sara Becker, feitas por Janaina de A. Teles, Zilda M. Gricoli Iokoi e Claudio Kahns.

⁸ Desse total, 74 entrevistas foram realizadas pela pesquisadora Janaina de A. Teles. O assistente de pesquisa Júlio Ramos de Toledo fez as gravações das entrevistas em fitas mini-DV e colaborou na textualização e edição das transcrições das mesmas. Os depoimentos, as transcrições das entrevistas e o material audiovisual ficarão disponíveis na Biblioteca do LEI – FFLCH/USP e no AEL-Unicamp. Um banco de dados contendo informações sobre o perfil dos entrevistados, tais como partido, profissão, idade, presídio em que ficaram e quais foram seus advogados facilitará o acesso às entrevistas. Das 80 entrevistas realizadas, 15 foram publicadas no livro TELES, Janaina de A.; RIDENTI, M.; IOKOI, Zilda M. Gricoli (orgs.). *Intolerância e Resistência: Testemunhos da repressão política no Brasil (1964-1985)*. São Paulo, FFLCH/USP, 2010. Doravante, o Acervo Audiovisual de ex-Presos Políticos, constituído pelo projeto, será citado como AAPP/AEL-LEI.

⁹ V., em anexo, a lista dos entrevistados. O projeto realizou também o *Seminário Internacional 30 anos de Anistia no Brasil: o direito à memória, à verdade e à justiça*, de 25 a 28/08/2009, na Faculdade de Direito da USP, em parceria com a Fundação Heinrich Boll e o Instituto Goethe; uma Mostra de Cinema: *Espectros em retrospectos: O Cinema como Memória de Regimes Autoritários*, realizada entre 03 e 09/08/2009, no Cinusp e na Galeria Olido, em parceria com o NEV/USP e Instituto Goethe; e uma viagem à Argentina para conhecer o trabalho da ONG *Memoria Abierta*, entre outros.

¹⁰ *Memoria Abierta* é uma ONG formada em 2000 por cinco organismos de direitos humanos: Madres de Plaza de Mayo, Abuelas de Plaza de Mayo, Servicio Paz y Justicia, Centro de Estudios Legales y Sociales y Asamblea Permanente por los Derechos Humanos. Seu arquivo oral é coordenado por Alejandra Oberti. As entrevistas somam aproximadamente 1.600 horas e estão organizadas em uma base de dados, abertas à consulta pública. V. o site www.memoriabierta.org.ar.

de seu método e procedimentos, o compromisso de retorno à comunidade, cujos testemunhos foram registrados, e assegurar seu caráter público¹¹.

O testemunho sobre o passado é sempre datado, um exercício de memória que traz a marca do momento em que é pronunciado. Impressões e avaliações narradas sobre uma mesma experiência podem ser recontadas de uma maneira bastante diferente anos depois do primeiro relato. O ato de lembrar sempre se produz quando já transcorreu algum tempo. Essa marca implica na distinção que ela estabelece entre o *antes* e o *depois*. A memória é a guardiã da profundidade do tempo e da distância temporal. “E é esse intervalo de tempo, entre a impressão original e seu retorno, que a recordação percorre” [RICOEUR, 2007: 35-7, 72].

A memória tem outra característica, é algo que chega a nós espontaneamente, mas também é objeto de busca, ela é “exercitada”. “Lembrar-se é ter uma lembrança ou ir em busca de uma lembrança” [RICOEUR, 2007: 24]. A lembrança é alternadamente encontrada e buscada. A memória é a conjunção da evocação simples e do esforço de recordação, da estimulação externa e da leitura interna de imagens, que busca semelhanças e realiza associações [RICOEUR, 2007: 37-8]. Os gregos antigos tinham dois termos para designar a lembrança e compreender o ato de lembrar. De um lado, a *mnémé* designava a lembrança ou imagem do passado que aparece, acolhe-se ou recebe-se passivamente, no limite. Ela foi caracterizada como afecção – *pathos* (paixão). De outro lado, a *anamnésis* indicava a lembrança considerada objeto de busca, geralmente, denominada recordação. A memória é associada à representação, imagem, imitação, sensação, mas também à busca, ao aprender, à disciplina, à *ascese* – o “exercício”, o que exige um penoso treinamento tendo como base a repetição, utilizado nas escolas, nas artes ou na vida cotidiana [RICOEUR, 2007: 36,71-4].

Esse duplo sentido da memória transporta-se para o domínio da história. A historiografia cada vez mais se fundamenta na busca dessa “memória exercitada” como fonte de investigação e interpretação. Nesse sentido, o projeto de história oral com expresos políticos tem o sentido de busca pelo testemunho dos protagonistas da história daqueles que viveram nos cárceres da ditadura, uma forma de convidá-los a buscar dentro de si suas memórias e rastros do passado. Colocando o historiador, o

¹¹ V. MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 3ª ed., São Paulo, Loyola, 2000; e *Definindo história oral e memória*. In: Cadernos CERU, nº 5, série 2, São Paulo, 1994.

entrevistador, no papel ativo de quem busca, mas também daquele que ouve e recebe estímulos, alternando esses papéis com os entrevistados.

Tal papel duplo deve ser concebido à luz de outra dicotomia, dessa vez estabelecida pelas dimensões epistemológicas a serem conferidas ao discurso oral e por sua articulação com os diferentes níveis de interpretação do dito e, doravante, com a construção de consensos (senão verdades) históricos.

Tornar-se-á claro pela leitura das entrevistas que o relato oral simultaneamente coloca-se no âmbito e distancia-se da facticidade (respeitados determinados limites naturais para tanto, entre os quais destaca-se o tempo transcorrido em relação aos conteúdos da experiência relatados) e que esta dinâmica articula ao menos dois planos relativamente independentes de desenvolvimento discursivo. Um desses planos poderia ser sumariamente denominado o plano da ‘memória episódica’, ao passo que o outro, sob a mesma inspiração, denominar-se-ia plano da ‘memória semântica’¹².

O primeiro plano versa sobre uma forma de resgate memorialístico que urge pela recriação da experiência de realidade naquilo que ela possui de imparcial (sob a extensão e os limites em que isto se faz possível) e fidedigno à facticidade material dos acontecimentos (por exemplo, em que dia aconteceu algo, como estavam as pessoas, qual a ordem dos eventos, que consequências objetivas sucederam-se); o segundo plano inclui o resgate do sentido da experiência e, portanto, dos efeitos que esta atualiza no momento em que a pessoa é interpelada (por exemplo, como ela se sentiu ou se sente em relação a algo; qual era o ‘clima’ em determinada situação).

O plano da ‘memória semântica’ é mais afeito a variações interindividuais (dadas duas ou mais pessoas que tenham participado de um mesmo evento) do que o plano da ‘memória episódica’. Nesse mesmo sentido, trata-se de um plano em relação ao qual o conteúdo relatado pode modificar-se mais substancialmente em função da história de vida subsequente aos eventos e da atmosfera política em determinada atualidade. Por exemplo, o relato acerca de como alguém viveu o ‘clima’ de determinado acontecimento histórico é, obviamente, muito dependente de como a sociedade, no momento em que este se faz interpelado, considera e respalda aqueles que tomaram parte em tal acontecimento – não sendo de se desconsiderar que o descaso

¹² ADES, César. “Múltipla Memória”, em: Revista Psicologia USP, *Memória*, vol. 4 (1/2) São Paulo, Psicologia USP, 1993, p.9-24.

oficial e a falta de suporte e compensação por determinada atuação política em prol de objetivos comuns dirima a importância atribuída aos mesmos.

Desta referência decorre a proposição de que esta tese seja compreendida como articuladora de dois planos de memória: um cujo objetivo é contribuir à caracterização de um momento histórico fundamental e suscitar discussões; e outro que versa sobre os próprios sujeitos e sobre o ‘sentido’ daquilo que dizem, o qual pode parecer enviesado (como quando uma experiência francamente negativa é caracterizada como neutra), conforme revela a maneira como essa experiência constitui a atualidade desse sujeito, enquanto alguém que fala do ponto de vista do presente.

A memória, em seu caráter semântico e, portanto, enquanto intimamente dependente da articulação estabelecida com um determinado momento presente em que se faz resgatada, emerge do compartilhamento de um *ethos*. Nesse sentido, a construção do testemunho de sobreviventes só é possível por seu caráter dialógico; sendo pois mediada pela capacidade de escuta ativa e pela vontade e experiência afetiva resultante do ato de contar.

O testemunho pode assumir diversas formas que combinam diferentes estratégias de enunciação e diversas modalidades de expressão da subjetividade. Conforme assinalou Jelin, essas formas de solicitar e produzir o testemunho não são alheios ao resultado que se obtém:

“[...] os testemunhos judiciais e, em menor grau, os realizados frente a comissões de investigação histórica [as Comissões de Verdade] estão claramente determinados pelo destinatário. A entrevista de história oral também implica que o testemunho é solicitado por alguém, mas se dá em torno de uma negociação e relação pessoal entre entrevistador e entrevistado. Finalmente, a escritura autobiográfica reflete uma decisão pessoal de falar publicamente por parte de quem o faz. Cada uma destas ou outras modalidades de expressão indicam diferentes graus de espontaneidade, diferentes relações da pessoa com sua própria identidade e diferentes funções do ‘tomar a palavra’”¹³.

O testemunho produzido pela história oral estabelece uma relação com “um/a outro/a” que, através do diálogo com alguém que pergunta, edita, ordena e pede, constrói uma narrativa social com sentido. Esse testemunho exige necessariamente a presença de um outro que escute ativamente e torne-se um participante, ainda que diferenciado e com distintas reações. O que se espera nesse diálogo não é identidade,

¹³ V. POLLACK, Michael. *L'expérience concentrationnaire. Essai sur le maintien de l'identité sociale*. Paris, Métailié, 1990, citado em JELIN, E. *Op.cit.*, p 85. Tradução livre da autora.

mas o reconhecimento da alteridade. Esse processo empático pode afirmar e ser veículo de reconhecimento do sobrevivente e suas histórias. Nesse contexto, o testemunho pode ir além da reatualização da situação traumática e contribuir para que o sobrevivente assumira suas perdas, nomeie e atribua sentido a essas experiências [JELIN, 2002: 84-5, 89, 92-5].

A proposta de registrar os testemunhos dos presos políticos no Brasil surgiu como uma forma de captar as mudanças e permanências existentes na percepção dos protagonistas diretos desses acontecimentos e experiências. O lapso de tempo de uma geração, pouco mais de 20 anos depois do surgimento dos primeiros testemunhos de sobreviventes, configurava-se um momento privilegiado para registrar suas memórias. Esses novos testemunhos compõem um instrumento fundamental para “historicizar as memórias” sobre a ditadura [JELIN, 2002:69]. Essa multiplicação de narrativas testemunhais sobre o passado recente constitui um elemento indispensável na reconstrução crítica desses acontecimentos e experiências. O registro de diversas vozes torna-se um ponto de partida do qual podem surgir outras vozes – no âmbito analítico, crítico e artístico – que as tomam como interlocutoras e fazem mais rico o campo de memórias em conflito¹⁴.

Devido às características do grupo estudado, o tipo de testemunho que registramos está a meio caminho entre a *História Oral de Vida* e o que se costuma chamar de entrevista *Temática*. A história de vida cuida mais livremente de impressões, subjetividades, sem questionários ou perguntas diretamente indutivas. Respeitando o testemunho dos ex-presos como produtores e narradores de sua história, o roteiro de perguntas do projeto buscou deixar o entrevistado o mais livre possível para contar sua vida. Marcada esta pela vivência política dos anos de ditadura, pela clandestinidade, prisão e tortura e as marcas decorrentes dessas experiências-limite. Por um lado, estávamos atentos para que cada testemunho refletisse a experiência pessoal e tomasse o ritmo e o tempo de cada um, e, por outro lado, o roteiro das entrevistas buscou direcionar as perguntas para as questões específicas dessa experiência singular, a da

¹⁴ OBERTI, Alejandra. “Memorias y testigos, una discusión actual”, em DE LA PEZA, Maria Del Carmen (coord.). *Memoria(s) y política. Experiencia, poéticas y construcciones de nación*. Buenos Aires, Prometeo Libros, 2009 a, p.71; e VALDEZ, Patricia. *Tiempo óptimo para la memoria* (2000). Disponível em: <www.memoriaabierta.org.ar>.

vivência nos cárceres políticos da ditadura¹⁵. A maioria das entrevistas teve duração média de 5 horas. Algumas delas, porém, duraram de 8 a 11 horas e requereram que se retornasse duas ou três vezes à casa ou local de trabalho do entrevistado(a). Procurou-se respeitar o tempo de cada um(a) na medida em que ele(a) não se repetisse. Nesses casos, a narrativa era interrompida, quando solicitava-se que o entrevistado respondesse às questões com mais objetividade¹⁶.

O questionário utilizado como guia nas entrevistas foi pensado de maneira abrangente, de forma que contextualizasse a vida dos ex-presos políticos. Convidamos os entrevistados a falar sobre a família, a presença da política e da religião nos diferentes momentos de suas vidas, a formação educacional, o trabalho, os afetos, a militância, os diferentes posicionamentos políticos antes e depois da prisão, mas também sobre assuntos delicados como a tortura, suas seqüelas e repercussões. O objetivo era o de registrar a avaliação de cada um sobre suas histórias e seu legado.

Esses testemunhos assinalam não somente fatos e subjetividades relacionados à ditadura, mas também ao processo sociopolítico das décadas anteriores e posteriores ao período do terrorismo de Estado. Voltada para a atualidade dessas histórias e memórias, as entrevistas registraram também os diversos enfoques e avaliações a respeito do debate político travado no presente em torno das reparações aos anistiados, da punição aos torturadores e de outras reivindicações e tipos de justiça retrospectiva. A abrangência e a duração das entrevistas permitem uma aproximação da gravitação que o passado recente teve na vida dessas pessoas e do país em seus diversos matizes e complexidades, produzindo narrativas que apresentam uma ampla diversidade [OBERTI, 2009].

A utilização do recurso visual, registrando as entrevistas em vídeo, pretendeu ser mais uma forma de captar e apresentar, com mais possibilidades técnicas, as emoções e singularidades de cada entrevistado, oferecendo assim um contexto mais amplo, o que dá lugar a uma resposta crítica mais informada sobre os temas abordados nas entrevistas e sobre as possibilidades e impossibilidades de realizar e arquivar testemunhos orais.

¹⁵ V. OBERTI, Alejandra. “El valor del testimonio: usos, accesos y saberes”. *op. cit.*

¹⁶ Esse é o procedimento utilizado por *Memoria Abierta*. Cf. entrevista com Alejandra Oberti. Buenos Aires, fev./2009.

O procedimento utilizado na realização das entrevistas compreendeu três fases. Na pré-entrevista, feita pessoalmente ou por telefone, ficaram registrados os objetivos, o teor da entrevista e o aceite de que a mesma seria transcrita. O entrevistado foi consultado e informado de que poderia corrigi-la antes que fosse disponibilizada para o público, na USP e Unicamp. Os depoimentos foram colhidos preferencialmente na residência dos depoentes ou em outra locação indicada por eles, onde fosse possível garantir condições favoráveis, privacidade e também a não interferência de terceiros.

O processo de preparação das entrevistas para enviá-las ao entrevistado mostrou-se muito trabalhoso. Foi preciso migrar as imagens das entrevistas do vídeo para os DVDs e a posterior realização da transcrição e edição de cada uma delas, quando excluimos as repetições comuns à fala e corrigimos os principais erros ortográficos e de concordância verbal. Além disso, a espera de retorno da revisão das transcrições das entrevistas por parte dos entrevistados desencadeou um processo ainda mais demorado.

Não há no Brasil um levantamento exaustivo sobre o número de pessoas punidas por razões políticas durante a ditadura, mas foi bastante expressivo, ainda que não existam informações precisas e definitivas. Desde o golpe de 1964, as perseguições incluíram, em maior quantidade, a suspensão dos direitos políticos, a perda de mandato político ou de cargo público, a demissão ou perda de mandato sindical, a perda de vaga em escola pública ou a expulsão de escola particular, mas também prisão e exílio – por banimento, asilo ou refúgio. A inclusão dos nomes de opositores do regime nos arquivos do aparato repressivo causava inúmeras dificuldades, especialmente no mercado de trabalho. A publicação de sucessivos atos institucionais e as disseminadas perseguições levaram Roberto Ribeiro Martins a calcular em mais de 1 milhão o número de brasileiros que necessitavam diretamente de anistia¹⁷.

Diante das dimensões do universo a ser pesquisado e visando garantir maior representatividade e proporcionalidade à amostragem, partimos das categorias e dados percentuais compilados pelo *Projeto Brasil: Nunca Mais* (BNM) para estabelecer os critérios de seleção da amostragem de ex-presos políticos a serem entrevistados. Essa seleção foi organizada em conformidade com os dados relativos a sexo, idade, partido

¹⁷ V. levantamento detalhado no Cap. II; MARTINS, Roberto Ribeiro. *Liberdade para os brasileiros: anistia ontem e hoje*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 152; e V. MEZAROBBA, Glenda. Op.cit.

político a que pertencia, ocupação profissional, nível de instrução, origem e tipo de acusação que motivou o indiciamento e a condenação do prisioneiro¹⁸.

De acordo com os dados do BNM, os perseguidos políticos atingidos pela Justiça Militar durante a ditadura somam 17.420 pessoas, das quais 7.367 (42,3%) foram acusadas judicialmente e 10.034 foram atingidas na fase de inquérito¹⁹. Os processos judiciais voltados à repressão dos crimes políticos concentraram-se em duas fases. Na primeira, que se estendeu até março de 1967, iniciaram-se ações penais contra 2.127 perseguidos políticos (28,8%); enquanto na segunda fase, 4.460 pessoas (60,5%) foram denunciadas entre novembro de 1969 e novembro de 1974 [WESCHLER, 1990: 23, 51]²⁰. Em função de sua relevância numérica e qualitativa, a maioria dos entrevistados foi afetada na segunda fase. Os presos políticos desta fase foram condenados a penas maiores e permaneceram períodos mais longos nos cárceres. Não obstante, registramos também alguns testemunhos de presos políticos do primeiro ciclo repressivo, assim como daqueles que foram presos entre os anos de 1975 e 1979.

A maioria dos perseguidos políticos processados pela Justiça Militar foi acusada de participação em organizações partidárias clandestinas, somando 4.935 (66,9%) pessoas, sendo que do total de denunciados, 5.104 (69,2%) pessoas foram formalmente presas e 2.828 (38,3%) condenadas, indicando a seletividade da repressão judicial. Esses números, contudo, não são exatos, pois muitos perseguidos, embora tenham sido presos e torturados, não foram alvo de qualquer espécie de registro ou indiciamento na justiça. Do total de réus, 1.843 (25%) pessoas denunciaram as torturas sofridas²¹, mas testemunhos relatam que, em diversas ocasiões, as denúncias feitas em juízo não foram registradas. A maioria dos presos entrevistados foi processada e condenada, pois eles

¹⁸ V., em anexo, a tabela contendo as quantidades e porcentagens de processos por partidos ou organizações políticas na Justiça Militar; e a tabela relacionando quantia de entrevistados com partido, sexo, idade, ocupação etc.

¹⁹ Esses números foram obtidos de 707 processos da Justiça Militar transcorridos entre 1964 e 1979. Dos 7.367, aproximadamente 88% eram do sexo masculino e 12% do feminino. Note-se que nos processos judiciais há nomes repetidos, pois há pessoas que aparecem em mais de um processo. RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, Ed. Unesp, 1993, p.122; ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Perfil dos atingidos*. Petrópolis, Vozes, 1987, p.15-6.

²⁰ Entre os réus, 1.517 (20,5%) moravam no Estado de São Paulo. ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Op. cit.*, p.9-14; WESCHLER, Lawrence. *Um milagre, um universo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p.23, 51-2 e 60-1; RIDENTI, Marcelo. *Op. cit.*, p. 68-72, p.122-3.

²¹ Desse universo de denúncias foram identificados 283 tipos de tortura, sendo que 1.461 homens e 382 mulheres foram torturados; e foram indicados 444 torturadores. WESCHLER, L. *Op. cit.*, p.23, 51-2 e 60-1.

foram os que permaneceram mais tempo nas prisões. Não deixamos, porém, de registrar depoimentos emblemáticos como os de dois militantes do PCdoB que atuaram na Guerrilha do Araguaia e foram sequestrados e torturados por meses, sem serem submetidos a nenhum processo judicial.

Durante o período de realização do projeto, como já indicamos acima, foram coletas e transcritas 80 entrevistas com ex-presos políticos nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. A amostragem de entrevistas recolhidas é bastante abrangente, foram entrevistadas pessoas de diferentes ocupações e faixas etárias que militaram em 14 organizações de esquerda existentes durante a ditadura, além de marinheiros e sargentos envolvidos nos conflitos do período do golpe de 1964. De acordo com o BNM, chega a 15 o número das organizações mais afetadas pela repressão estatal naquele período. Com esta abrangência conseguimos dar voz aos principais protagonistas dessa comunidade localizados, principalmente, em São Paulo. Entrevistamos 17 mulheres e 63 homens, obtendo também uma visão de gênero da experiência de prisão no Brasil, naquele período. Esta diversidade acarretou maior dificuldade para encontrar as pessoas representativas dessas organizações, abrangendo dirigentes e militantes de base, e pessoas que tivessem permanecido maior tempo na prisão etc²².

Os entrevistados em geral colaboraram e se sentiram menos intimidados com a presença da câmera de vídeo do que o esperado, gerando entrevistas mais longas. Poucos dos convidados recusaram-se a participar do projeto, os que o fizeram, alegaram não querer tocar em temas tão delicados em público. Entre eles, um propôs-se a conceder a entrevista, desde que não fosse gravada em vídeo. Para uma parcela considerável das pessoas, era a primeira vez que testemunhavam ou participavam de uma entrevista desse tipo, produzindo depoimentos eventualmente mais espontâneos e tensos. O fato de o trabalho ter sido registrado em vídeo exigiu que as conversas feitas previamente tivessem que ser mais detalhadas e longas para que o entrevistado conhecesse melhor o projeto e se sentisse seguro para ceder a entrevista. Os momentos de “negociação” com o entrevistado sobre quais os conteúdos e períodos de sua história poderiam ser narrados durante a entrevista aconteceram em maior quantidade. Por diversas vezes, vários dos

²² Os dados disponíveis sobre o nível de escolaridade dos perseguidos políticos pela Justiça Militar indicam que de 4.476 pessoas, 2.491 possuíam grau universitário completo ou incompleto. *Idem, ibidem.*

entrevistados pediram para fazer pausas durante a entrevista para conversar sobre como falariam de assuntos difíceis, geralmente relacionados à tortura, mas também sobre tarefas exercidas na clandestinidade ou disputas e divergências políticas vividas nas prisões.

Os valiosos testemunhos recolhidos neste projeto são fontes documentais e epistemologias históricas ricas e importantes, porque são relatos únicos sem outro registro que permita a recuperação da história das lutas de resistência e das instituições da repressão estatal, além de serem úteis para complementar outras fontes e fazer inferências sobre acontecimentos históricos. Mas, em especial, eles contribuem para compreender a experiência de prisão durante a ditadura, suas conseqüências e o papel da memória e dos esquecimentos em que esses sujeitos incorreram “a fim de acomodar-se ao passado, negá-lo ou reprimi-lo” [LACAPRA, 2005: 105].

Vários depoimentos registrados pelo projeto surgiram com uma surpreendente intensidade e paixão. Estão impregnados de emoção e são significativos para a avaliação de um período histórico. Durante a realização das entrevistas, impuseram-se, constantemente, questões a respeito das possibilidades de conciliar os afetos com os procedimentos da reconstrução objetiva do passado. Os testemunhos exigiram da audiência um enorme esforço para gerar uma resposta empática e, ao mesmo tempo, a objetividade para continuar a ouvir e perguntar. Eles cobraram disposição e coragem de muitos dos entrevistados, que, de certa maneira, “voltaram a viver fatos” dolorosos e difíceis do passado.

Os testemunhos dos ex-presos políticos formam o conjunto documental que contribuem para nos aproximar do debate político e jurídico de então, como se formaram suas redes de solidariedade do período e as relações estabelecidas entre o que era vivido nas prisões e fora delas.